



Câmara dos Deputados

**REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_ de 2005.**

(Das Sras. Maria Helena e Ann Pontes)

*Solicita que seja encaminhada ao Poder Executivo, Indicação de autoria da Comissão da Amazônia para que o Ministério da Justiça promova campanha de esclarecimento quanto à Lei do Desarmamento, aporte suplementar de recursos e desburocratização da comunicação entre índios e autoridades.*

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne tomar as providências necessárias para que seja encaminhado ao Poder Executivo, INDICAÇÃO de autoria da Comissão da Amazônia, relativa à ação imediata do Ministério da Justiça e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, no sentido de promover as seguintes ações:

1. Campanha de esclarecimento e conscientização da população indígena quanto ao Estatuto do Desarmamento;
2. Realização de Convênios com instituições estaduais e municipais visando programas de educação dirigidos às comunidades Kaiapó.
3. Desburocratização e agilização do acesso das comunidades Kaiapó às autoridades da FUNAI.

**JUSTIFICATIVA**

Em 10 de março do corrente ano, na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional, foram recebidos pela Presidência, 14 (catorze) líderes indígenas de 5 (cinco) aldeias da etnia Kayapó, do sul do Pará, os quais apresentaram pleitos que mereceram vários encaminhamentos.



## Câmara dos Deputados

Algumas dessas demandas, por serem relacionadas diretamente com atitudes executivas do Governo Federal, estimamos, devam ser avalizadas e encaminhadas por esta Comissão, na forma de INDICAÇÃO

Como se apreende dos itens acima, são todos eles pertinentes.

O primeiro requer a ação do Executivo no sentido de esclarecer as populações indígenas sobre os impedimentos e sanções impostas pela Lei do Desarmamento, o que certamente evitará, no futuro, constrangimentos e riscos desnecessários.

O segundo, ao mesmo tempo que solicita a realização de parcerias entre as esferas do governo no sentido da promoção da educação indígena, de certo modo revela o baixo nível das ações atuais.

O terceiro reclama dos excessos burocráticos que criam dificuldades ao acesso entre as lideranças indígenas e os dirigentes da FUNAI. Parece óbvio que se trata de medida elementar de democratização do serviço público e de compreensão com a peculiaridade de determinados interlocutores, no caso específico, os índios.

Em vista do exposto, julgamos certo propor o presente requerimento, esperando a aprovação pelos nobres pares.

Sala da Comissão,            de maio de 2005.

Deputada Maria Helena – PPS/RR

Deputada Ann Pontes – PMDB/PA